

Protagonistas, saberes e práticas da história do parto e da maternidade no Chile

Protagonists, knowledge, and practices in the history of birth and maternity in Chile

Ana Paula Vosne Martins

Professora da Universidade Federal do Paraná
Rua Heitor Baggio, 1746/5
828220-120 – Curitiba – PR – Brasil
ana_martins@uol.com.br



Zárate, María Soledad. *Dar a luz en Chile, siglo XIX: de la 'ciencia de la hembra' a la ciencia obstétrica*. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2007. 561p. (Sociedad y Cultura).

No teatro, na literatura ou no cinema, as personagens principais são chamadas de protagonistas. E na história, quem são os protagonistas? É possível estabelecer, com precisão, como se faz nas artes da representação ou na criação literária, as personagens que mais se destacam? Para além dos heróis militares e políticos, que por tanto tempo foram os protagonistas dos processos históricos narrados por uma historiografia comprometida com os poderes instituídos, protagonizar pode ter sentidos bastante diferentes para nós, historiadores comprometidos com o conhecimento da pluralidade dos processos sociais e culturais do passado. Dessa forma, os protagonistas sempre ocupam lugares relativos, contraditórios, em enredos que nunca são lineares, podendo uma mesma personagem ser protagonista numa cena e coadjuvante em outra.

Ao ler o livro de María Soledad Zárate, *Dar a luz en Chile, siglo XIX*, essa imagem teatral do lugar ocupado pelas personagens na narrativa histórica avulta com vigor e maestria. A historiadora chilena problematiza, de maneira ao mesmo tempo rigorosa e criativa, as diferentes dimensões das experiências e dos lugares ocupados por mulheres e homens envolvidos com práticas e saberes relativos ao parto e à maternidade, na sociedade chilena do século XIX. Seu livro se insere numa já bem consolidada historiografia sobre esses temas, mas com um diferencial: não privilegia um ou outro personagem, não há personagens principais; todos são protagonistas nas redes de sociabilidade e nas inter-relações constituídas em torno das parturientes, dos partos e da assistência que lhes é dada e aos recém-nascidos. A autora mostra, ao longo de seu denso livro, como as personagens protagonizam histórias diferentes; como o tempo de cada personagem principal é variável; como tempos paralelos do protagonizar se organizam em torno das experiências e de seus significados para aqueles que estão envolvidos na mesma cena do processo histórico.

O livro trata da história do atendimento ao parto no Chile durante o século XIX, atentando para os lugares das parteiras, dos médicos e das parturientes, bem como do processo de institucionalização e medicalização, que já foram estudados pela historiografia

feminista nos contextos sociais europeus e norte-americanos. A mais notável diferença desse trabalho não reside na problematização nem no corpo documental – de resto muito semelhante a outros trabalhos que são referenciados pela autora –, mas sim na metodologia e na análise, em que se recorre ao uso da categoria gênero de maneira bastante criativa e problematizadora. O gênero articulado às diferenças de classe proporciona uma análise crítica para além da dicotomia entre médicos e parteiras ou médicos e parturientes. María Soledad nos mostra como o lento processo de medicalização e institucionalização do parto, no Chile, não pode ser lido pela chave da imposição ou da dominação de um polo (masculino e profissional) sobre o outro (feminino e não profissional), tampouco da resistência de uma cultura das mulheres sustentada pelos saberes e fazeres das parteiras e/ou curandeiras, ou da solidariedade entre mulheres que cuidam umas das outras e se apoiam mutuamente. O gênero como categoria social, sustentada na significação cultural das diferenças sexuais e nas relações de poder por elas engendradas e reproduzidas social e historicamente, permite à autora atribuir complexidade à história do parto e da maternidade, mostrando como a dominação e imposição dos saberes médico e científico estão inextricavelmente ligadas às resistências culturais, à aceitação e à colaboração entre médicos, parteiras e parturientes.

A obra é dividida em três grandes partes, articuladas pela categoria gênero e também pela perspectiva da história social. A primeira trata do processo gradual de transformação do parto atendido por parteiras leigas em domicílio para o parto obstétrico atendido por médicos ou parteiras com treinamento formal, tanto em domicílios quanto na instituição hospitalar. A segunda parte aborda um componente muito importante dessa história: as diferenças entre as parteiras e o processo de profissionalização de algumas delas por meio de cursos ministrados e supervisionados pelos médicos. Por fim, a terceira parte aborda outra relevante dimensão desse processo histórico, que é a assistência médica institucionalizada ao parto com a fundação dos hospitais-maternidades.

Metodologicamente, o livro é excelente demonstração de rigor e do conhecimento da autora sobre extensa e diversificada documentação. Das fontes manuscritas às impressas, ela recorreu a um amplo conjunto documental nos arquivos chilenos que abrigam a memória histórica da medicina, os regulamentos profissionais, documentação do Judiciário, do Legislativo e da assistência pública, os censos demográficos, as estatísticas sanitárias e também anúncios e artigos publicados na imprensa. Com a criação da Faculdade de Medicina em 1842 e, antes disso, a criação do curso de parteiras em 1834, artigos e memórias tratando de temas obstétricos alimentaram o espaço da cultura médica escrita em revistas e periódicos especializados, também analisados pela autora, bem como as bem conhecidas teses médicas. Esse conjunto heterogêneo e polifônico de fontes possibilitou a construção de quadros analíticos sobre a história da medicina popular e da medicina científica e a reconstituição, mesmo que parcial, da história das mulheres chilenas – afinal, a polifonia documental tem seus limites, já que algumas vozes aparecem mais frequentemente e em tom mais alto do que outras. Ainda assim, lançando mão de um inteligente cruzamento de informações e recorrendo à comparação histórica com outros contextos – como o brasileiro –, a autora conseguiu fazer uma análise o mais verossimilhante possível das experiências das mulheres com seus corpos, seus filhos e com aquelas pessoas que as atenderam, fossem as parteiras ou os médicos.

Declaradamente alinhado com a história social, *Dar a luz em Chile* enfoca vários aspectos, muitos deles desconcertantes, sobre os diferentes grupos e indivíduos relacionados à história do parto e da maternidade. Entre eles, merecem ser ressaltadas as relações entre as parteiras leigas (*parteras*) e aquelas treinadas com formação obstétrica supervisionada pelos médicos (*matronas*). As diferenças entre elas têm sido analisadas pela historiografia que trata do tema, seja pelo viés da entrada dos médicos na cena do parto ou pela questão da ampliação do campo profissional para mulheres. Contudo, María Soledad destaca outro aspecto que não tem sido muito ressaltado pela historiografia: os conflitos que essas diferenças de formação, de classe e de acesso aos conhecimentos obstétricos poderiam desencadear entre as parteiras. A formação das parteiras em cursos obstétricos não lhes garantia exercer o ofício sem obstáculos, ainda que contassem com o apoio dos médicos – a presença das parteiras era uma necessidade sanitária bastante comentada e ressaltada por eles, em virtude da escassez de médicos e também de parteiras para atender à população feminina na capital, Santiago, e em outras cidades chilenas. Apesar da formação obstétrica e do reconhecimento médico, muitas *matronas* recorreram às autoridades para denunciar o que consideravam uma competição injusta e desigual. Referiam-se à presença e atuação das *parteras*, que sem nenhuma instrução formal continuavam atendendo às parturientes. A análise realizada pela autora a partir do cruzamento de diferentes fontes nos leva para o terreno da indeterminação, das acusações e da competição entre mulheres cujo ofício era auxiliar nos partos. Em meio a essa disputa ficavam as parturientes, que se mantiveram fiéis às *parteras* ou, então, não podiam pagar às *matronas*, e os médicos, defensores da profissionalização tutelada das *matronas* e da crescente institucionalização do parto, que no Chile se deu na segunda metade do século XIX, com a fundação da Casa de Maternidade de Santiago.

Num outro terreno, igualmente de encenação de conflitos profissionais e de competências, estão os médicos. Tal como ocorreu no Brasil, a obstetrícia não se tornou uma especialidade médica sem conflitos e obstáculos. Memórias médicas e artigos em periódicos especializados revelam as tensões internas à profissão quanto à necessidade de intervenção médica num assunto de mulheres. Sabe-se que, desde o século XVIII, mas especialmente ao longo do século XIX, os médicos europeus que defenderam a obstetrícia contra seus detratores recorreram a muitos argumentos, em especial a compaixão pelos sofrimentos das parturientes e a luta contra os erros e a ignorância das parteiras leigas. Contra o que então se chamava de ‘massacre dos inocentes’, só a luz da razão e o discernimento dos médicos. María Soledad também recupera esse debate no Chile do século XIX, seja em termos da necessidade de treinamento e tutela médica das parteiras ou em torno da tecnologia obstétrica e dos problemas que o seu uso intempestivo podia gerar tanto para as parturientes quanto para a reputação dos médicos. Outro importante tema desse debate médico foi a necessidade de assistência pública à maternidade, origem das políticas públicas que começaram a se organizar em países latino-americanos no começo do século XX.

No livro de María Soledad observa-se, portanto, um delicado rendilhado atravessado por diferentes fios. Divisões de classe e gênero dão o tema do desenho; afinal, não se pode esquecer que a história do parto e da maternidade é resultado, em grande parte, da intervenção médica. Para tecer com outros fios essa história, ou seja, a das práticas e experiências das mulheres que milenarmente engravidaram, deram à luz, foram atendidas

pelas parteiras e aprenderam a cuidar de seus filhos ancorados em tradições de uma medicina popular, é preciso saber buscar outras evidências. Na ausência delas, seja porque se perderam ou porque não foram cristalizadas pela cultura escrita, é preciso fazer aproximações, comparações, recorrer àquele difícil mas saboroso exercício do rigor do método, com a imaginação informada pelas evidências, como Natalie Zemon Davis tão bem ensinou. Articuladas ao tema geral, as variações do rendilhado estão nas dimensões da vida privada, que aparecem aqui e acolá nas fontes, especialmente nos processos analisados pela autora. Também se pode ter um quadro das profissões no meio urbano do Chile do século XIX e a participação feminina nessa composição heterogênea e em meio caminho à regulamentação.

História social do parto e da maternidade, *Dar a luz en Chile, siglo XIX* é leitura recomendada para pesquisadores(as) tanto da história da medicina quanto da história das mulheres, mas é sobretudo excelente contribuição aos estudos de gênero. Sem cair nas armadilhas do discurso vitimário ou dicotômico, María Soledad nos ensina que, na história, os atores principais são sempre aqueles que o(a) historiador(a) ilumina, e esse trabalho ela fez muito bem, ao iluminar as diferentes cenas que compõem essa história do parto e da maternidade na sociedade chilena oitocentista.

